

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	72/XIV/1.ª
Proponente/s:	Dois Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)
Título:	Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?	NAO
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se
A iniciativa encontra-se agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?	Não
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (6.ª), com eventual conexão à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (11.ª). ----- Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido pela Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares
Conclusão: A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Data: 14 de novembro de 2019,

A assessora parlamentar, Lurdes Sauane (ext. 11410)